



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
Campus Sorriso  
Departamento de Compras

Termo de Referência  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023  
Processo Administrativo nº [23444.000284.2023-15](#)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **materiais de limpeza comuns e industriais e de higienização**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

	DESCRIÇÃO	UNID.	SRS	CBA	SVC	PLC	CNP	JNA	CFS	ROO	VG	BAG	PDL	ALF	LRV	SNP	GTA	RTR	COREN	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO estimado	VALOR TOTAL estimado
<b>Nº item</b>	<b>GRUPO 1</b>																					
<b>6</b>	<b>Esponja de lã de aço</b> , formato anatômico, abrasividade média, aplicação utensílios domésticos. Embalagem c/ 8 unid	Pacote	14		50			18		10	20	-		50	20	0	0	0	100	282	R\$ 4,04	R\$ 1.139,28
<b>7</b>	<b>Esponja inox</b> para limpeza pesada, não enferruja. Medidas aproximadas: 9 x 9 x 3 cm. Entre 10 e 15 gramas.	Unid.	14		40		810	150		48	10	-		5	0	0	10	0		1087	R\$ 6,52	R\$ 7.087,24
<b>8</b>	<b>ESPONJA PARA LIMPEZA</b> , espuma/fibra, sintética, retangular, alta/mínima, limpeza geral, <b>dupla face</b> (uma macia e outra áspera). PACOTE com 4 unid.	Pacote	100		320	2	590	324		138	100	-		100	50	0	60	0	200	1984	R\$ 6,85	R\$ 13.597,01
<b>9</b>	<b>ESTOPA BRANCA</b> , estopa, material fio algodão cru/fio algodão alvejado/, aplicação limpeza detritos e restos de óleo. Pacote com 150g	Pacote	20		30	20		20		10	20	10			30	10	10	0		180	R\$ 6,76	R\$ 1.216,80
<b>10</b>	Fibra de limpeza fibraço. Composição Mínima: Fibra sintética com mineral abrasivo. Alta abrasividade. Medida 90x125 mm. Substituto da lã e palha de aço. Pacote com 10 unidades.	Pacote	0		10			18		0	0	-			0	0	10	0		38	R\$ 19,69	R\$ 748,22
<b>11</b>	<b>FLANELA</b> 100 % algodão, comprimento 40 cm, largura 30 cm, cor amarela	Unid.	8		100		220	150		10	200	50	50	5	20	5	50	0	150	1018	R\$ 6,35	R\$ 6.464,30

[illegible]

29	Mop úmido 13x18,8x4,6 cm sem cabo – <b>adaptado conforme descrição item acima</b>	Unid.	0	20				0	0	-		1	2	0	0	0		23	R\$ 25,77	R\$ 592,71
	<b>GRUPO 4</b>																			R\$ 0,00
30	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> , material celulose vegetal, largura 10 cm, cor branco, características adicionais folha dupla sem perfume. <b>Em Rolo de no mínimo 200 metros. Entregar em fardos.</b>	Unid.	0	40		8		384	400	-			160	0	240	0	1600	2832	R\$ 18,07	R\$ 51.164,80
31	<b>Papel higiênico</b> , material celulose virgem, comprimento 30 a 60 m, largura 10 cm, boa qualidade, <b>folhas dupla</b> , cor branca, características adicionais sem perfume. <b>Entregar em fardos.</b>	Unid.	500	1080		24		0	0	-			240	0	0	780	720	3344	R\$ 1,69	R\$ 5.640,21
32	<b>Toalha de papel</b> , material 100% fibra celulose virgem, tipo folha <b>2 ou 3 dobras</b> , Medidas aproximadas: comprimento 27, largura 23, cor branca, características adicionais <b>gramatura mínima: 30 g/m2</b> ; alto nível de absorção, aplicação higiene pessoal. <b>Pacote com no mínimo 1000 folhas</b>	Pacote	6	270	5	65	150	48	100	-		150	40	0	100	130	500	1564	R\$ 44,87	R\$ 70.173,55
33	<b>TOALHA DE PAPEL</b> , <b>gramatura mínima: 25 g/m2</b> , material papel, cor branca, não reciclado, aplicação em toaletes. <b>Em bobinas de 200 metros.</b>	Bobina	27	5	10	30		20	0	-			20	0	0	10	20	142	R\$ 23,77	R\$ 3.375,10
34	<b>TOALHA DE PAPEL</b> , gofrado ou texturizado , <b>picotada</b> , Toalha de papel para cozinha. Dimensões aproximadas: altura da folha: 20 cm, comprimento de folha: 22cm. <b>Pacote com 2 rolos de no mínimo 50 toalhas cada.</b>	Pacote	16	150		1010	36	48	0	-		100	20	10	10	25	100	1525	R\$ 9,32	R\$ 14.213,00
	<b>GRUPO 5</b>																			R\$ 0,00
35	<b>SACO PLÁSTICO</b> – Saco material plástico, dimensões 90 cm(altura) x 70/60cm (largura) espessura 0,15. Material reforçado transparente, atóxico, inodoro e incolor. Para conservação de alimentos.	Unid	10	600		4100	1000	52	2	-		600	2000	0	100	0		8464	R\$ 3,86	R\$ 32.671,04

[illegible]

5	características adicionais com suporte. Aplicação: Limpeza de vaso sanitário.	Unid.	0		10			5		0	20	-			5	2	10	0	10	62	R\$ 14,76	R\$ 915,12
13	LENÇO DESCARTÁVEL - em papel folha dupla medidas aproximadas de 14,8 x 21,5. Pacote/caixa com 100 a 200 unidades.	Caixa / Pacote	0	200	60	60	400	1900		48	50	50		50	20	20	10	0		2868	R\$ 44,67	R\$ 128.123,12
14	SABÃO EM BARRA, características adicionais: sabão de ácidos graxos de coco/babaçu ou glicerinado, incolor, sem perfume em pacote com 5 unid.	Pacote	20		50		1000		48	50	-		1	0	5	30	0		50	1254	R\$ 18,82	R\$ 23.596,10
15	Sabão em pó, Para lavagem de roupas, Composição: alquil benzeno sulfato de sódio, corante, Fragrância Floral. Embalagem com impressão do nome do fabricante e indicação de registro na ANVISA/MS. Tensoativo aniônico biodegradável. Prazo de validade impresso na embalagem e não inferior a 11 meses contados da data de recebimento definitivo. Caixa/pacote com no mínimo 1KG	Caixa	10		400			10	48	40	-	20	2		5	0	0		150	685	R\$ 14,61	R\$ 10.007,85
16	Sabonete aspecto físico: viscoso - viscosidade mínima de 3000 CPS; pH faixa neutro (6,0 – 8,0), aplicação: para saboneteira (fixa - de parede, suspensa - ou móvel), higienização das mãos em toaletes em geral; faixa de concentração de uso: puro; composição química: tensoativo aniônico ou não-iônico, e fragrância(MANDAR OPÇÕES para escolha mínimo 2(duas)); podendo conter ou não, princípio ativo: lauril sulfato de sódio éter. Embalagem de 5 litros. Liberado pela ANVISA.	GALÃO	3		30			10	53	50	-	20	1	20	0	5	65		50	307	R\$ 53,72	R\$ 16.492,04
17	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE: MATERIAL PAPELÃO, CAPACIDADE TOTAL 20 litros, ACESSÓRIOS ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, COMPONENTES ADICIONAIS	UNID.	7	50	20	44	9		14	10	-		10	50	0	5	0			219	R\$ 19,65	R\$ 4.302,91

[illegible]

40	(comprimento x largura x altura); -peso aproximado: 18 kg; - Componentes mínimos: 01 balde espremedor De 30 litros com divisão para água limpa e Água suja, 01 saco de poliéster amarelo, 01 Conjunto mop líquido, 01 cabo em alumínio Fosco e 01 haste plástica. acompanha: 01 carro funcional, 01 balde espremedor 30 litros C/ divisão para água limpa e água suja, 01 conjunto mop líquido (01 cabo em alumínio + 01 haste + 01 refil mop líquido 320 g), 01 Placa de sinalização piso molhado, 01 pá coletora pop, 01 conjunto mop pó (01 cabo em alumínio + 01 armação + 01 refil mop pó 60 cm).	Unid.		2			1	0	0	-		0	0	0	0		3	R\$ 1.727,83	R\$ 5.183,49
41	<b>CERA incolor tipo líquido leitoso</b> , contendo: Veículo, Plastificantes, Alcalinizantes, Álcoois Etoxilados, Formadores de Filme, coadjuvantes, Conservante e Fragrância. Frasco com tampa dosadora por esguicho, aplicação limpeza e brilho em pisos. <b>Embalagem de 750 ml.</b>	Frasco		0				0	0	-		10	0	100	0		110	R\$ 19,99	R\$ 2.198,46
43	<b>DISPENSER</b> para papel toalha, confeccionado em plástico ABS, para uso de papel em ROLOS de até 200m, com buchas e parafusos de fixação em paredes, mecanismo de auto corte com botão de giro na lateral ou alavanca. Medidas aproximadas 25x36x23 cm	Unid.	0	0	2			0	0	-		0	2	0	0	10	14	R\$ 181,54	R\$ 2.541,56
44	<b>Espanador</b> material pena avestruz, material cabo madeira, comprimento cabo mínimo de 60 cm	Unid.	0	5				12	0	-		3	2	0	0		22	R\$ 40,92	R\$ 900,13
45	<b>LIXEIRA INDUSTRIAL</b> - Lixeira com roda e pedal de marfinito ou aço galvanizado. Capacidade 240 litros. Medidas externas:107x57x74. Material polietileno PP. Medidas Internas 98x49x56. Colocar opção	Unid.	2	40		2		2	0	-	2	5	0	0	0		53	R\$ 734,38	R\$ 38.921,88

[illegible]



52	reservatório plástico, capacidade 500 ml, tipo fixação parede, tipo uso banheiro, características adicionais com válvula substituível. Similar a imagem.	Unid.	0	0					0	0	-	20	0	0	0	0	20	R\$ 340,87	R\$ 6.817,35
53	Vassoura, material cerdas palha de vassoura natural, material cepa madeira, comprimento cepa 15 cm, características adicionais com cabo madeira de 2 m, largura cepa 15 cm. Similar a imagem.	Unid.	0	10				0	5	-		0	0	0	0		15	R\$ 32,24	R\$ 483,58
																		R\$ 803.668,77	

**1.1.2. A proposta deve vir acompanhada de catálogos/fotos/folders/fichas técnicas, o que for aplicável para que seja aferido a qualidade e a descrição do produto ofertado. As comprovações devem ser da marca e modelo ofertados na proposta. Se houver dúvidas o pregoeiro solicitará complementação.**

**1.1.3. Não serão aceitas propostas das quais não seja possível se apurar a qualidade/descrição do produto ou a existência da marca ofertada.**

**1.1.4. Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.**

**1.1.5. As empresas devem apresentar os produtos com registro obrigatório na ANVISA devidamente identificados conforme Art. 3º da Lei nº 6360/197:**

*VIII - Rótulo: identificação impressa ou litografada, bem como os dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames, invólucros, envoltórios, cartuchos ou qualquer outro protetor de embalagem;*

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento pelo contratado, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**1.5.1. A ciência/aceite da Ordem de fornecimento vincula o fornecedor a todas as obrigações assumidas no ato de assinatura da ata de registro de preços.**

**1.5.2. A Ordem de fornecimento substitui o termo de contrato para esta contratação.**

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, além do que segue:

**3.2. Aquisição de produtos prontos para consumo e, aos que se aplicar, com prazo de validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega.**

**3.3. (Suprimido para a licitação de itens cancelados/desertos)**

3.4. As empresas devem atentar-se para cada detalhe da descrição dos itens solicitados, pois a descrição detalhada visa adquirir os produtos adequados a necessidade, bem como, adquirir produtos com qualidade mínima aceitável. Produtos sem qualidade geram desperdício de recursos públicos, pois podem não atender a necessidade ou ser necessária a aquisição de maior quantidade. Um exemplo claro disso são os sacos para lixo; se a empresa envia um produto com micragem inferior a solicitada (e não for possível apurar para a troca), será necessário utilizar 2(duas) unidades por vez para suportar o peso, gerando um gasto em dobro para a administração.

3.5. Não serão aceitos materiais e/ou produtos cujas embalagens tenham evidências de terem sofrido danos os quais possam comprometer a integridade do conteúdo.

3.6. A licitação será formatada em itens e lotes conforme justificativa no item 9 do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão(SRP), em sua forma eletrônica.

#### 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e demais documentos que compõem esta licitação.

5.2. Os materiais e produtos deverão ser acondicionados em embalagem com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir mais proteção no transporte e armazenamento.

5.3. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

5.4. Os produtos químicos, se possível, deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração recomendada na diretiva RoHS, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenila-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) polibromados (PBDEs).

5.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

5.6. Dentro da possibilidade os materiais solicitados nesta licitação deverão ser constituídos em todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 e/ou serem certificados pelo INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental.

5.7. Sempre que possível as empresas devem dar prioridade a materiais, tecnologias e matérias-primas de origem Nacional e/ou de origem do Estado de Mato Grosso.

5.8. Os produtos foram definidos para que tenham qualidade, pois a maior vida útil do item proporciona menor impacto com novas produções. Assim, a empresa deve enviar os comprovantes solicitados pelo pregoeiro para aferir a qualidade dos produtos conforme solicita este documento.

#### 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única ou parcelada (conforme pedido/acordo), nos seguintes endereços:

1. **Campus Sorriso** – Avenida dos universitários nº 799, bairro Santa Clara Sorriso – MT, CEP 78.890-000. UASG: 158950
2. **Campus Avançado de Guarantã do Norte** - linha páscoa, lote 471, Km 04, Zona Rural, Guarantã do Norte/MT, CEP: 78520-000. UASG: 158144
3. **Campus São Vicente** - Endereço: Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente da Serra, Santo Antônio do Leverger – MT, CEP: 78106-960, UASG: 158335
4. **Campus Juína** - Endereço: Linha J, Quadra 08, Setor de Chácaras, Zona Rural, Juína – MT. Caixa Postal: 255, CEP: 78320-000, UASG: 158493
5. **Campus Campo Novo dos Parecis** - Endereço: Rod. MT 235, Km 12, Zona Rural, Campo Novo dos Parecis – MT, CEP: 78360-000, UASG: 158492
6. **Campus Confresa** - Endereço: Vilmar Fernandes, 300, Setor Santa Luzia, Confresa – MT, CEP: 78652-000, UASG: 158496
7. **Campus Primavera do Leste**: Endereço: Avenida Dom Aquino, 1500 – Parque Eldorado – Primavera do Leste, CEP: 78850-000, UASG: 158970
8. **Campus Várzea Grande** – Avenida Tiradentes (Lot Jd Manaíra), nº 1300 - Petrópolis – Várzea Grande/MT, CEP: 78144-424, UASG: 158971
9. **Campus Barra do Garças** – Estrada de Acesso a BR 158, Radial José Maurício Zampa, CEP: 78600-000, UASG: 158497

10. **Campus Rondonópolis** – Rua Ananias Martins de Souza, 861, Rondonópolis/MT, CEP 78.721-520, UASG: 158498
11. **Reitoria:** Endereço: Avenida Senador Filinto Müller, nº 953 , Bairro Quilombo, Cuiabá- MT, CEP 78.043-400, UASG: 158144
12. **Campus Avançado Lucas do Rio Verde** , Av. Universitária, 1600W, Parque das Emas, Lucas do Rio Verde – MT, CEP: 78455-000 - UASG: 158144
13. **Campus Avançado de Sinop** - Situado na Rua das Avenças 2377, Setor Comercial – Centro, Sinop – MT - CEP: 78550-178 - UASG: 158144
14. **Campus Cuiabá** – Cel. Octayde Jorge da Silva, Coordenação de Almoxarifado, situado na rua Zulmira Canavarros, nº. 95, Centro, CEP: 78.005-200, Cuiabá-MT, UASG: 158333
15. **Campus Alta Floresta:**Endereço: Rodovia MT 208, Lote 143-A, Loteamento Aquarela, Hamoa, Alta Floresta - MT CEP: 78.580-0000 Telefone: (66) 3512-7049, UASG: 158972
16. **Campus Pontes e Lacerda:** Rodovia MT 473, S/N, saída para o Matão, Bairro Morada da Serra, Pontes e Lacerda – MT, CEP: 78.250-000. Telefone: 65 3266 8200, UASG: 158495
17. **COREN** - CONS.REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO: Rua Presidente Marques, 59, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT CEP 78032-010- UASG: 925798.

**6.2. O prazo restante da validade dos produtos na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses.**

**6.3. Será considerada transmitida a Autorização/Ordem de fornecimento; no caso de transmissão via e-mail, desde que não haja retorno de erro de transmissão e haja comprovação do envio para a caixa postal eletrônica indicada na proposta de preços.**

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6.8. A contratada poderá solicitar prorrogação dos prazos previstos acima com a devida justificativas.**

**6.9. A contratante poderá justificar eventuais atrasos nos prazos acima juntando documento ao processo.**

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual

constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. Nos casos em que se aplicar, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc...

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar juntamente com a nota fiscal ou em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da nota fiscal, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. A liquidação da nota fiscal deverá ser efetuada pela Contratante **no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do ateste definitivo.**

12.2. O pagamento será realizado no prazo **de 3 (três) dias úteis contados da disponibilidade do valor financeiro correspondente liberado pela STN.**

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)      I = ( 6 / 100 )      I = 0,00016438      TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA

a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A imposição de seguro-garantia para a contratação com a Administração, limita a concorrência para a escolha do fornecedor mais vantajoso, vez que o aumento da burocracia administrava para apresentação válida do seguro e o baixo valor dos materiais a serem contratados, podem afastar o interesse de fornecedores locais, e, com isso, trazer consequências econômicas para Administração Pública em razão da limitada opção de fornecedores aptos a contratarem.

14.1.2. O objeto da licitação trata de uma contratação comum, sendo assim, não se trata de contratação de grande vulto e complexidade.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa:

- (a) **moratória de 2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, **até o limite de 60 (sessenta) dias**;
- (b) **compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará

o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo **de 20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**15.13. Durante a vigência da ata de registro de preços a empresa licitante vencedora que alegar indisponibilidade do produto ofertado, sem comprovação do fabricante, sofrerá as penalidades previstas no edital.**

15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**16.2.2.1. Entrega de objetos iguais ou similares.**

**16.3. A empresa classificada deve apresentar a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, caso tenha vencido algum dos produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA:**

*Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.*

*Art. 5º Não é exigida AFE dos seguintes estabelecimentos ou empresas:*

*III – que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes;*

**16.4. A empresa classificada deve apresentar a Autorização Especial (AE) emitida pela ANVISA, caso tenha vencido algum dos produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA:**

*Art. 4º A AE é exigida para as atividades descritas no art. 3º ou qualquer outra, para qualquer fim, com substâncias sujeitas a controle especial ou com os medicamentos que as contenham, segundo o disposto na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e na Portaria SVS/MS nº 6, de 29 de janeiro de 1999.*

**16.5. A empresa classificada e que desenvolva as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, são obrigadas a apresentar o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.**

Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas
Fabricação de sabões, detergentes e velas
Produção de álcool etílico, metanol e similares

**17. DA AMOSTRA**

17.1. Quando e se for o caso, o pregoeiro poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar, a amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, bem como aos demais classificados que firmarem compromisso em atender nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de inadimplência (Incisos I, II, III e parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 11 do Dec. 7892/2013). A amostra deverá ser entregue diretamente ao IFMT/Campus Sorriso, Avenida dos Universitários, 799, Bairro Santa Clara, Sorriso-MT, CEP: 78.895-150, caixa postal: 1063.

17.2. A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

17.3. O teste a ser realizado aferirá a qualidade do item cotado, observados os critérios mínimos de aceitabilidade relacionados na especificações do Termo de Referência.

17.4. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

17.5. Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, serão convocadas as propostas remanescentes em ordem de classificação.

17.6. As amostras ficarão à disposição da licitante, que deverá retirá-las até o prazo de 10 (dez) dias.

**18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 26414;

Elemento de Despesa: 339030;

18.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme Art. 7º do Decreto nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013.

*§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*

Sorriso/T 24 de março de 2023

**Aprovação das alterações no documento pelo Ordenador de Despesas da UASG:**

CLAUDIR VON DENTZ

Diretor Geral do IFMT Campus Sorriso

Portaria 737/2021 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT



Documento assinado eletronicamente por:

■ **Claudir Von Dentz, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - SRS-DG**, em 27/03/2023 08:00:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 495057

Código de Autenticação: 3c9c7c783e



TERMO Nº 9/2023 - SRS-COM/SRS-DAP/SRS-DG/CSRS/RTR/IFMT